

A cidadania como valor-notícia

Antonio Teixeira de Barros*



TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão: realidade ou utopia?** Brasília: Unesco / IbiCT, 2008. 253 p.

A leitura do livro em referência suscita vários questionamentos. Percebe-se logo que não se trata apenas de um mero trabalho acadêmico pontual da autora, mas de um projeto maior. O texto, além de reflexões maduras e coerentes, inquieta, provoca o receptor. Enfim, é um livro diferente do que se costuma esperar das adaptações de estudos acadêmicos.¹ Devido à sua natureza de livro-manifesto, o texto incomoda (no sentido positivo). É impossível folheá-lo de modo impassível. O estudo instiga o leitor a repensar suas verdades, suas crenças, sua visão do Jornalismo, do Webjornalismo, da internet e do próprio mundo. Por tudo isso, trata-se de uma obra que merece leitura atenta, discussão nas salas de aula, nas redações, nos eventos acadêmicos e profissionais.

Quem conhece a autora, sente a função fática de suas palavras e a força de suas idéias a respeito da necessidade de prestação de contas das universidades e dos pesquisadores à sociedade. Quem ainda não a conhece, certamente sentirá vontade de tê-la como interlocutora. Para início de conversa, recomendo a leitura de outros estudos seus, em especial o artigo *Divulgação de resultados como expressão da função social do pesquisador* (TARGINO, 2001).

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor do Instituto de Educação Superior de Brasília.

¹ Trata-se de adaptação de tese pós-doutoral apresentada, ao final do ano de 2007, ao Instituto Interuniversitario de Iberoamérica da Universidad de Salamanca.

Impressionam também as concepções da autora no texto *A beleza oculta da miséria do jornalismo*, no qual ela comenta o livro *A miséria do jornalismo*, de Juremir Machado (TARGINO, 2006).

Por mais que se tente fazer uma resenha contida e formal, nos moldes das convenções e cânones acadêmicos, é difícil. O livro pede algo diferente. É uma obra resiliente, que impõe o calor dos ideais de seu conteúdo. Rendi-me, portanto, a essa interlocução acalorada, aberta, fora dos cânones convencionais que orientam a elaboração de resenhas acadêmicas. A cada página lida é impossível não admirar e o idealismo da autora – mesmo quando se discorda de seus argumentos. Jornalismo cidadão é utopia? Pode ser. Sei que muitos acham que sim. Mas é inegável o papel histórico e social das idéias consideradas utópicas. Pensar em um livro com esse conteúdo até pouco tempo também era uma utopia. Caberia perguntar ainda: Jornalismo cidadão é uma realidade? Tanto é utopia quanto é realidade. Afinal, a dualidade não é excludente, mas dialética e relacional.

Um dos principais méritos do livro de Targino é suscitar reflexão sobre assuntos geralmente relegados a debates simplificados e superficiais no meio acadêmico brasileiro. Nesse sentido, a obra é um tônico para a análise de temas como a relação entre as empresas jornalísticas e os receptores, por exemplo. A esse respeito – e em consonância com o estudo de Targino –, Pierre Zémor² ressalta a necessidade de se considerar a complexidade da relação com o cidadão receptor. Para o autor, o cidadão é um interlocutor ambivalente. Ao mesmo tempo em que respeita e se submete às regras editoriais das instituições midiáticas, ele protesta sobre a falta de informação ou sobre suas mensagens mal construídas, incompletas ou mal divulgadas.

O livro chama a atenção para a cobertura de temas de interesse direto do cidadão. Trata-se pois de um alerta para a primazia absoluta dos critérios mercadológicos na cobertura de imprensa. Afinal, foi necessária uma leva de reflexões sobre temas relacionados a *jornalismo cívico*, *jornalismo público*, *jornalismo cidadão* e tantos outros termos (a autora faz amplo levantamento sobre a diversidade terminológica) para reforçar a função maior do Jorna-

² ZÉMOR, P. *La communication publique*. Paris: PUF, 1995.

lismo: seu vínculo com a sociedade, a cultura e o interesse público. Alguns críticos questionam: como falar de jornalismo público ou de jornalismo cidadão, se todo jornalismo deve ser público, voltado para atender os interesses da sociedade e do cidadão em particular? *Jornalismo cidadão: realidade ou utopia?* mostra que a questão não é tão simples. Ao recorrer a fundamentos da filosofia, das ciências sociais, da história da imprensa e do próprio campo teórico do Jornalismo, a autora constrói uma análise relacional e crítica sobre as transformações operadas no interior do campo jornalístico que permitiram a redefinição de conceitos e de procedimentos profissionais atinentes ao agendamento, à seleção e à tematização das questões sociais.

A respeito desse enfoque, Targino reitera o pressuposto basilar dos estudos sobre comunicação pública, ou seja, o de que a informação não pode ser concebida de forma meramente instrumental, visto que seu fim e seu objetivo final é oferecer melhores condições para o exercício da cidadania.

Na trilha desses estudos, a análise de Targino contribui para o aprofundamento reflexivo – com base na observação de casos concretos – do debate sobre a liberdade de expressão no âmbito das redefinições do fazer jornalístico (*newsmaking*). No contexto do modelo convencional de imprensa liberal, geralmente, esse princípio é associado à reivindicação da liberdade para os jornalistas e as instituições de comunicação. Essa visão, além de simplista e burocrática, contraria o princípio da liberdade de expressão dos públicos. Como é entendida pela visão liberal da imprensa privada, essa noção serve apenas aos interesses econômicos das empresas de comunicação, as quais reivindicam, no Brasil, com base na Lei de Imprensa, uma liberdade privada, pois é a liberdade de expressão dos patrões e dos jornalistas somente. Ao estudar o Jornalismo de fonte aberta, a autora oferece ao leitor outros ângulos de análise sobre o princípio mencionado.

³ FERRY, J.-M. Prefácio. In: LIBOIS, B. **La communication publique**: por une philosophie politique des medias. Paris: LHarmattan, 2002. p.5-8.

Outro estudioso do tema, Marc Ferry³ destaca que, na prestação de serviços de informação aos cidadãos, a concepção liberal de liberdade de expressão chega a ser maléfica à cidadania, pois institucionaliza e legitima o monopólio privado da crítica e da opinião, com base no poder discricionário de uma única categoria profissional que não tem legitimidade política para representar a opinião dos cidadãos. Para ele, essa categoria monopoliza ainda a prerrogativa de definir a agenda pública, com a conseqüente escolha do enquadramento temático e ideológico para os debates públicos (que na sua visão, não são realmente públicos, já que são delineados pelos jornalistas e pelas empresas de mídia). Na esteira dessa reflexão, Targino expõe exemplos concretos de como é possível, com as redefinições do Jornalismo na internet, romper as barreiras apontadas por Ferry e permitir a formação de uma “rede social, privilegiando a participação, a colaboração do cidadão e dos grupos sociais à frente da produção de notícias” (p.79).

A análise da autora reforça a premissa de que o amadurecimento da democracia requer, necessariamente, liberdade de expressão, o que inclui, fundamentalmente, liberdade de opinião. O *jornalismo cidadão*, portanto, não deve perder esse horizonte. O social deve permear não só a agenda noticiosa, mas também a tematização (debates).

Outro assunto de relevo abordado no livro é a relação entre valor-notícia e interesse público, o que remete ao esquema formulado por Anthony Downs⁴ a respeito do ciclo de interesse da notícia (*issue-attention-cycle*). Nessa relação, como ressalta Targino, nem

⁴ DOWNS, A. Up and down with ecology: the issue-attention cycle. **The Public Interest**, [S. l.], v. 28, p.38-50, 1972. Na obra, Downs explica porque algumas notícias apresentam ciclo de vida muito curto na imprensa, enquanto outras se prolongam por longos períodos. Em sua concepção, o ciclo de atenção pública ao noticiário sobre um fato depende de um conjunto de fatores, como a existência de condições sociais para pôr o assunto em evidência; o respaldo de grupos sociais para dar suporte à repercussão pública sobre as notícias; a natureza dos conteúdos (alarmismo, denunciismo ou euforia coletiva); a idéia de progresso ou avanço na solução dos problemas noticiados. O declínio no ciclo de interesse da notícia, por sua vez, está condicionado ao gradual desinteresse da sociedade e à proeminência de novos temas, mesmo sem a solução dos anteriores. Esse ciclo de interesse e declínio de interesse do público pelas notícias é um dos pontos nevrálgicos da cobertura de temas de interesse social, como Targino exemplifica.

sempre o interesse público coincide com os critérios determinados pela concepção de valor-notícia. O Jornalismo atual:

determinado pelas novas tecnologias não é algo que se superpõe à condição humana, à cultura, à sociedade, à vida, nem tampouco, às expectativas do cidadão que, agora, vislumbra a chance de expressar idéias e pensamentos. É o espaço virtual favorecendo a circulação de notícias, jornalísticas ou não, como espaço de liberdade de expressão (TARGINO, 2008, p.95).

O livro de Targino transcende a esfera das mídias convencionais, ao focar as mudanças que afetam o Jornalismo e a ação do jornalista, com o objetivo de analisar o desenvolvimento do *jornalismo cidadão* ou *jornalismo cívico* – também denominado *open source journalism*, *jornalismo de fonte aberta*, *jornalismo participativo*. Mesmo ao reconhecer as limitações ainda reinantes no Brasil, em relação ao acesso à internet, a autora aponta a contribuição do Centro de Mídia Independente e do Webjornalismo, de modo geral, a pluralização das fontes de informação e, também, a ampliação das possibilidades de canais de informação para o cidadão: “Nos dias de hoje, é impossível falar de um só Jornalismo, e sim, de distintos jornalismos” (p.98). Em sua visão, o IMC “proporciona foro público para jornalistas independentes e organizações midiáticas com vistas à divulgação de artigos acerca de qualquer tema” (p.103). A autora (p. 243) afirma ainda que o CMI relaciona, de forma responsável, o *jornalismo cidadão* e o treinamento para atitudes cidadãs ao difundir o “pensamento de indivíduos e entidades, como ONGs, associações de classe e sindicatos, antes, sem acesso à mídia convencional”.

Targino conclui que o *Jornalismo de fonte aberta* favorece as práticas de cidadania, pois proporciona aos indivíduos o gozo dos direitos civis e políticos, para os quais, a informação é elemento básico tanto para a reivindicação de direitos como para o exercício de deveres. Por fim, cabe destacar uma contribuição otimista, no âmbito de uma extensa fase de estudos que ressaltam as limitações e mazelas das práticas jornalísticas e dos pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a produção acadêmica no campo jornalístico e seu capital simbólico dependente dos princípios da imprensa liberal e sua lógica de mercado.